



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

19 de dezembro de 2012



Veículo: Notícias do Dia

Editoria: Geral

Data: 19/12/2012

Assunto: Investimentos em quatro prioridades

Página: 08

Notícias do Dia

Eduardo Deschamps – secretário de Estado da Educação

Investimentos em quatro prioridades

EMANUELLE GOMES
emanuelle@noticiasdodia.com.br

 @Emanuelle_ND

O ar sereno do secretário de Estado da Educação, Eduardo Deschamps, passa uma sensação de dever cumprido diante de todos os desafios enfrentados em 2012 e dos que devem vir pela frente em 2013. Em visita ao Grupo RIC, Deschamps concedeu entrevista exclusiva, na qual avaliou os trabalhos do ano que está terminando e revelou os planos para a área a partir de janeiro. O foco em infraestrutura é o ponto mais animador.

Cerca de R\$ 450 milhões serão investidos nos próximos dois anos na reforma e na construção de novas escolas. Em Joinville, o ano termina desanimador, com dez escolas interdadas. O secretário admite o

problema, mas promete que 2013 será um ano diferente no que se refere às questões estruturais das instituições de todo o Estado.

De acordo com ele, entretanto, não é só isso que importa. A secretaria trabalha em quatro dimensões: pedagógica, infraestrutura, gestão de pessoas e gestão de rede escolar. Com tudo isso, os investimentos devem ultrapassar os R\$ 3,4 bilhões previstos para a educação no orçamento do Estado. “Em momento algum houve um investimento dessa monta na educação em Santa Catarina. Até outubro, estávamos investindo 30% da receita operacional líquida do Estado com educação, quando a média, nos últimos dez anos, é na faixa de 27%. Ainda assim temos muito problemas”, ponderou. Focando nas quatro frentes, confira os rumos traçados para a educação em 2013.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO



PROGRAMA PEDAGÓGICO

“Em 2012, implantamos o programa de ensino médio em tempo integral. Tivemos a entrada de 95 escolas esse ano, que estão em regime integral ou semi-integral - o chamado ensino médio inovador -, atendendo em torno de 12 mil alunos. Para o ensino fundamental, o principal avanço que teremos no ano que vem é a questão do programa de alfabetização, que está dentro do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A ideia é que todas as crianças possam estar alfabetizadas até os oito anos. Outra questão na parte pedagógica diz respeito à ampliação de vagas na educação profissional. Além das construções de Cedup (Centro de Educação Profissional) que estão em andamento, tivemos o início do Pronatec (Programa Nacional de Educação Tecnológica) com 6.000 jovens”.

INFRAESTRUTURA

“Investimos mais de R\$ 100 milhões direto da Secretaria da Educação na melhoria de escolas neste ano. Cerca de 80 obras foram encerradas em 2012 e mais de 100 estão em andamento. Talvez a grande notícia seja o volume de recursos que teremos disponíveis nos próximos dois anos. Estamos recebendo mais de R\$ 50 milhões do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento) para investimento neste período,

até o final do próximo semestre, e vamos ter mais algo em torno de R\$ 300 milhões também do BNDES, dentro do Pacto pela Educação de Santa Catarina. Outros R\$ 100 milhões já foram aprovados pelo Ministério da Educação para a construção de

“
 Talvez a grande notícia seja o volume de recursos que teremos disponíveis nos próximos dois anos.
”

19 escolas de ensino médio, algumas com licitações já em andamento. Também já estão aprovadas 40 quadras ou coberturas de quadras também dentro do programa do MEC. Quase 2.000 tablets, projetores e lousas digitais serão colocados nas escolas e mais 17 mil tablets de 12 polegadas serão entregues aos professores do ensino médio. Outro projeto, chamado Educação e Inovação, deve trazer para a secretaria algo em torno de R\$ 250 milhões para investimen-

to em tecnologia nas escolas e na formação de profissionais. Vamos implantar, ainda, um sistema novo de manutenção a partir de janeiro. Vamos investir R\$ 250 mil no programa que vai permitir que, quando quebrar uma porta ou maçaneta, o diretor da escola possa entrar no sistema, registrar o problema e ter acesso ao registro de preços definidos na regional com as empresas que podem fazer o atendimento pontual”.

ESCOLAS INTERDITADAS

“No mês de janeiro, faremos um levantamento de todas as escolas que estão em



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

situação mais precária para que possamos fazer frente a isso antes do início do ano letivo, que começa dia 14 de fevereiro. Não sabemos se vamos dar conta de todas, porque o volume é significativo, mas todo esse trabalho está sendo desenvolvido para isso. Em Joinville, o número de escolas surpreende, mas é possível separar as que necessitam de uma intervenção muito maior e que já estavam mapeadas - algumas até definidas para receber recursos do BNDES -, e temos as menores. Aguardávamos o relatório da Vigilância Sanitária para saber que ações tomar. Talvez a gente não consiga zelar, mas queremos diminuir o número”.

GESTÃO DE PESSOAS

“A folha de pagamento, que em 2010 batia na faixa de R\$ 1,5 bilhão, esse ano fecha em mais de R\$ 2,3 bilhões. No espaço de dois anos, o orçamento em folha quase dobrou. Houve melhoria salarial com a aplicação da lei do piso. O menor vencimento foi reajustado desde maio do ano passado até agora em 138% e o aumento médio gira em 40% nos demais níveis de carreira. Houve melhoria, mas a gente reconhece que precisa haver ainda uma melhor revitalização da carreira para evitar essa compressão. Aconteceram ganhos para todos, mas não no mesmo patamar porque orçamentariamente ficaríamos em

situação complicada. Estamos falando em um orçamento de R\$ 3,4 bilhões e em uma folha em R\$ 2,3 bilhões, sendo que, do total, R\$ 500 milhões já são repassados automaticamente para os municípios. O compromisso que temos agora, já no início do ano, é apresentar uma proposta que possa ser encaminhada à Assembleia Legislativa que trate da revitalização da carreira. Estamos em espera para saber o indicador de atualização do piso e a partir desse número poderemos trabalhar com descompactação maior ou menor. O governo procurou acordar com tudo que estava previsto no fim da greve de 2011 e a questão do concurso público era uma delas. Fizemos 2.000 chamadas de professores efetivos que tomam posse em fevereiro e queremos chamar mais nos próximos três anos. Teremos 23.000 professores efetivos e 12.000 ACTs (Admitidos em Caráter Temporário) em 2013”.

GESTÃO DAS ESCOLAS

“Foi feito um trabalho de formação de gestores dentro do programa do Consed, junto com Ministério da Educação, o Pró-gestão, que já formou mais de 1.500 diretores nessa área, mas queremos ampliar isso. A ideia é dotar a escola de mais autonomia. Alocar um recurso orçamentário direto para a escola para que o diretor tenha uma espécie de contrato de gestão”.

“
*Houve melhoria
com a aplicação
da lei do piso.
Mas precisa
haver uma
revitalização da
carreira.*
”



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 19/12/2012
Assunto: Escolas Estaduais mais democráticas		Página: 23

DIÁRIO CATARINENSE

Escolas estaduais mais democráticas

JÚLIA ANTUNES LORENÇO

Tornar a escolha de diretores das escolas estaduais mais participativa pode ser realidade em 2013, caso o projeto de lei que trata do assunto seja aprovado hoje, em plenário na Assembleia Legislativa. Esta é a última chance de todas as matérias pendentes serem votadas pelos deputados ainda neste ano. Se isso não ocorrer, ele será analisado no próximo ano e passará a valer apenas em 2014.

A casa trabalha em um esforço concentrado para votar todos os projetos antes do recesso. Para ir a plenário, a proposta precisa passar, hoje de manhã pelas comissões de Constituição e Justiça e de Educação.

O autor do projeto, Gelson Merisio (PSD), diz que é só haver vontade política, já que não há impedimento técnico. Segundo ele, a Secretaria da Educação emitiu parecer favorável ao texto, sugerindo algumas alterações.

– Elas podem ser acatadas ou não, o conteúdo da matéria não é imposto, pode ser discutido – ressalta Merisio.

Pela proposta, a escolha de diretores deixaria de ser uma indicação, sem participação de alunos, pais e funcionários dos colégios, como é hoje. Ela lista pré-requisitos para o profissional concorrer à direção, além de passar por uma avaliação de uma banca e uma consulta com a comunidade escolar.

julia.antunes@diario.com.br

Opinião DC

Proposta com virtude

Assembleia Legislativa deve votar hoje o projeto de lei que propõe tornar mais participativa a escolha dos diretores das escolas públicas estaduais. A proposta é que a comunidade escolar faça parte da escolha do dirigente. Hoje, há indicação. O argumento central do autor é que a medida aumentaria a participação dos pais na vida escolar – o voto deles teria peso maior –, com saudáveis efeitos para a aprendizagem dos filhos matriculados.

Procede. A preocupação é evitar a “contaminação” das eleições escolares que possam levá-las a escolhas desagregadoras.

Para tanto, o projeto estabelece vários pré-requisitos técnicos para os candidatos, que também deverão passar pela avaliação de uma banca examinadora, que será definida pela Secretaria de Estado da Educação, e uma consulta à comunidade. Sendo assim, é inegável que a proposta que hoje estará na pauta da Assembleia tem virtude. Eleições democráticas, em quaisquer âmbitos, sempre são instrumentos para aperfeiçoar e fazer avançar a cidadania.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

O processo

1 Pré-requisitos do candidato

- Ser membro do magistério estadual
- Ter no mínimo dois anos ininterruptos de efetivo exercício
- Ter curso superior
- Apresentar um plano de gestão
- Trabalhar na escola



2 Processo de avaliação

O plano de gestão e a vida funcional do candidato serão analisados por uma banca avaliadora, formada de acordo com critérios estabelecidos pela Secretaria de Estado da Educação.



3 Consulta à comunidade escolar



Peso 1

Professores, especialistas e demais servidores na escola.



Peso 2

Pai, mãe ou responsável por aluno regularmente matriculado.
Só poderão votar uma vez, ainda se tiverem mais de um filho na escola.



Peso 1

Alunos regularmente matriculados na unidade escolar, a partir do quinto ano.



Peso 1

Diretoria da Associação de Pais e Professores (APP) da escola.

4 Homologação



Ganhará aquele que receber mais indicações. O Secretário de Estado da Educação enviará o nome ao governador do Estado, que irá homologar a indicação.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 19/12/2012
Assunto: Pelo ensino de qualidade		Página: 24

DIÁRIO CATARINENSE

BANDEIRA

Pelo ensino de qualidade

Grupo RBS lança, este mês, caderno especial da campanha A Educação Precisa de Respostas

O Grupo RBS, em parceria com a Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, publica, neste mês, o caderno especial da bandeira A Educação Precisa de Respostas, lançada em agosto deste ano. A publicação reúne as principais reportagens publicadas ao longo de três meses nos jornais da RBS em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul.



Além das respostas às seis perguntas da campanha, o caderno mostra entrevistas com autoridades na área da educação, boas práticas de escolas, artigos e ações institucionais realizadas durante a campanha.

O material não circulará encartado nos jornais. A tiragem de 15 mil exemplares será distribuída para escolas públicas e privadas e para autoridades dos dois estados. Ele também será en-

tregue para especialistas no tema, incluindo personalidades de renome que participaram com respostas às questões. Órgãos de educação, instituições, entidades, veículos de imprensa, parceiros do projeto, agências e anunciantes também receberão a publicação.

“O Grupo RBS espera colaborar para que todos possamos trabalhar juntos para alcançar uma elevação na qualidade de aprendizagem no RS e em SC, com a expectativa de que essas ações provoquem a sociedade a refletir cada vez mais sobre o tema e a entender que nós fazemos parte da solução deste problema”, afirmam no editorial de apresentação do especial o presidente emérito, Jayme Sirotsky, o presidente do Conselho de Administração, Nelson Sirotsky, e o presidente executivo, Eduardo Sirotsky Melzer.

No começo do próximo ano, terá início a segunda etapa da bandeira institucional.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Uol	Editoria: Educação	Data: 19/12/2012
Assunto: Mec divulga regras para concessão de bolsas do programa de alfabetização na idade certa		Página: Online

UOL EDUCAÇÃO

MEC DIVULGA REGRAS PARA CONCESSÃO DE BOLSAS DO PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

Valor será de R\$ 200 para os professores que participarem do curso de formação. Já os professores orientadores receberão R\$ 765 por mês

O MEC (Ministério da Educação) divulgou no Diário Oficial desta terça-feira (18) as regras para concessão de bolsas de estudo e pesquisa do programa Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.

Segundo o texto, "a equipe docente das IES (Instituições de Ensino Superior) formadoras, os coordenadores das ações do pacto nos Estados, Distrito Federal e municípios, os orientadores de estudo e os professores alfabetizadores, enquanto atuarem na Formação Continuada de Professores Alfabetizadores poderão receber bolsas, na forma e valores definidos em resolução específica do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação)".

Os valores de algumas bolsas já foram revelados pela presidente Dilma Rousseff na época do lançamento do programa. O valor será de R\$ 200 para os professores que participarem do curso de formação. Já os professores orientadores receberão R\$ 765 por mês. De acordo com a portaria, as seguintes funções terão pagamento de bolsas pelo trabalho na formação continuada:

Coordenador-geral da IES;
coordenador-adjunto junto à IES;
supervisor junto à IES;
formador junto à IES;
coordenador das ações do pacto nos estados, Distrito Federal e municípios;



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

orientador de estudo;
professor alfabetizador.

O coordenador geral deverá ser indicado pelo dirigente da instituição de ensino. O profissional escolhido precisa ser professor efetivo da instituição, ter experiência na área de formação continuada de profissionais da educação básica e possuir titulação de mestrado ou doutorado.

Pacto

O programa foi lançado no dia 8 de novembro e tem como objetivo garantir que todos os estudantes dos sistemas públicos de ensino estejam alfabetizados até o final do 3º ano do ensino fundamental, com a idade máxima de oito anos. O foco será língua portuguesa e matemática.

O pacto prevê avaliações anuais, realizadas pelo Inep (Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais), dos alunos concluintes do 3º ano do ensino fundamental. Atualmente, os alunos do ensino fundamental já são avaliados pela Provinha Brasil no início e no término do 2º ano e pelo Saeb (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica) e a Prova Brasil nos 5º e 9º anos.

Um dos eixos do programa é a formação continuada de professores alfabetizadores, que visa formar uma rede de professores orientadores de estudo. Os outros eixos do programa são: materiais didáticos, literatura e tecnologias educacionais; gestão, controle e mobilização social, além de avaliações.

Entre as ações do pacto, está prevista a distribuição de 26,5 milhões de livros didáticos nas escolas de ensino regular e do campo, 4,6 milhões de dicionários, 10,7 milhões de obras de literatura e 17,3 milhões de livros paradidáticos.

O programa será feito em uma parceria entre o MEC, instituições de ensino superior e os sistemas públicos de ensino dos Estados, Distrito Federal e municípios que aderirem ao pacto. Espera-se a participação de 5,3 mil municípios.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: O Estado de São Paulo

Editoria: Educação

Data: 19/12/2012

Assunto: Editorial: abismo na educação

Página: Online

O ESTADO DE S. PAULO

EDITORIAL: ABISMO NA EDUCAÇÃO

"É o caso de perguntar ao ministro por que razão ele defende as cotas se os alunos das escolas públicas parecem, em sua opinião, tão bem preparados para enfrentar o vestibular e a concorrência das escolas privadas", afirma jornal

O fracasso das políticas públicas para o ensino médio no Brasil ficou ainda mais evidente pelos resultados, por escola, do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2011. Nesta edição, o Ministério da Educação deixou de fora escolas que tiveram participação de menos de 50% de seus alunos - a inscrição no exame não é obrigatória. Com isso, foram excluídos da lista vários colégios particulares tradicionais que haviam obtido boas notas na edição anterior, em 2010, mas cujos alunos não se interessam pelo Enem como forma de ingressar na universidade. Mesmo assim, das 100 escolas de melhor desempenho, apenas 10 são públicas, e quase todas são ligadas a instituições militares, a universidades federais e ao ensino técnico - cujo processo de ingresso de estudantes é tão disputado quanto o das melhores faculdades. Considerando-se que as escolas privadas respondem por somente 12,2% do total de matrículas no ensino médio no Brasil, o quadro é devastador.

Formalmente, o exame não se presta a medir a qualidade das escolas, e sim a competência dos alunos, razão pela qual é usado como meio de seleção para universidades. No entanto, das 100 escolas de melhor desempenho, apenas 10 são públicas, e quase todas são ligadas a instituições militares, a universidades federais e ao ensino técnico - cujo processo de ingresso de estudantes é tão disputado quanto o das melhores faculdades.. Resultado: o número de escolas da rede pública entre as 100 que obtiveram os melhores resultados caiu de 13 para 10 entre 2010 e 2011; já entre as 50 mais bem colocadas, o total recuou de 6 para 3.

A crise no ensino médio fica ainda mais evidente quando se constata que 92% das escolas estaduais, onde está a maioria dos alunos, obtiveram pontuação abaixo da média geral na prova objetiva. No ranking, a primeira escola, ligada à Universidade Estadual do Rio, aparece somente na 60.^a colocação. A primeira escola estadual sem nenhum vínculo com universidades ou com ensino técnico surge num distante 248.^o lugar. O Rio, Estado de melhor desempenho na rede pública estadual, teve apenas 18% das escolas com notas acima da média geral. Em São Paulo, foram 14%. No Ceará, apenas 2%.

O ministro da Educação, Aloizio Mercadante, torturou os números para extrair conclusões positivas dos resultados. Ele afirmou que a média da pontuação dos 37,5 mil alunos de escolas públicas mais bem colocados - isto é, dos estudantes que teriam direito a cotas nas universidades federais - foi de 630,4, contra os 569,2 obtidos, em média, pelo total de estudantes das escolas particulares. Logo, segundo Mercadante, os alunos de escolas públicas não farão feio ao ingressar nas universidades por meio das cotas. Nem é o caso de notar que se trata de comparar bananas com abacaxis - afinal, essa elite das escolas públicas, festejada pelo ministro, vai disputar vagas em universidades não com a média geral dos alunos das escolas privadas, mas com a elite dessas escolas, cujo desempenho é significativamente melhor.

Ademais, é o caso de perguntar ao ministro por que razão ele defende as cotas se os alunos das escolas públicas parecem, em sua opinião, tão bem preparados para enfrentar o vestibular e a concorrência das escolas privadas. A realidade, essa madrastra, mostra porém que a aposta nas cotas é o que resta a um governo que não investe na melhoria do ensino público, cujos resultados pioram a cada ano. A conta dessa distorção não tardará a ser cobrada. Em 2015 haverá reserva de 50% de vagas universitárias federais para alunos da rede pública, ou 150 mil matrículas. Segundo os números do Enem de 2011, a média dos 150 mil melhores alunos das escolas públicas, que teriam direito às cotas em 2015, foi de 582,2 pontos, bem abaixo do desempenho dos alunos da rede particular. E mesmo excluídas do cálculo as notas da prova de redação, que normalmente pioram o resultado dos alunos de escolas públicas, a média geral da rede pública foi de 474,2 pontos, muito distante dos 569,2 pontos obtidos nas escolas privadas. São fatos que a demagogia das cotas não corrigirá.